

A TRAJETÓRIA DE UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL ADQUIRIDA DA EDUCAÇÃO BÁSICA AO ENSINO SUPERIOR

Rayane Pereira do Nascimento ¹

Mariana Farinha Lasmar²

Flávia Barbosa da Silva Dutra ³

RESUMO

Quando pensamos em pessoas com deficiência as barreiras presentes impostas na educação podem iniciar já no ato da matrícula ou podem ser vivenciadas de outras maneiras, como a não adequação de uma aula a sua necessidade educacional. Sendo assim, o presente trabalho, objetiva apresentar a trajetória de uma pessoa com deficiência visual em seu percurso acadêmico. O trabalho possui abordagem qualitativa, sendo do tipo pesquisa narrativa, no qual o instrumento de coleta de dados foi realizado através de uma entrevista semiestruturada. A análise dos dados se deu pela organização dos fatos em ordem cronológica e a partir desta, pudemos verificar que o participante enfrentou a falta de acessibilidade tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior. Concluímos que em ambos os níveis de ensino as barreiras atitudinais e metodológicas estiveram presentes na trajetória acadêmica do estudante. Contudo, a rede de apoio foi fundamental para que outras barreiras não surgissem.

Palavras-chave: Educação Básica, Ensino Superior, Educação Inclusiva.

INTRODUÇÃO

No Brasil temos dois níveis de Ensino: a Educação Básica (EB) e o Ensino Superior (ES). A EB é obrigatória a todos os cidadãos brasileiros, sendo composta pela Educação

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro- Uerj, rayanepn1990@gmail.com;

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro- Uerj, Bolsista CNPq, marilasmar1@gmail.com;

³ Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Uerj e orientadora, doutora em Educação, Gestão e Difusão em Biociências pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, fbsdutra@gmail.com;

⁴ O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil



Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Deste modo, pessoas com deficiência (PcD) têm o direito de acessarem o sistema educacional.

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), a PcD é aquela que possui algum tipo de impedimento de ordem física, intelectual, visual ou auditiva, "no qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas" (Brasil, 2015).

Na versão preliminar do Censo Escolar da Educação Básica (Inep, 2023) é possível verificar que de 2021 a 2023 o número de alunos com deficiência matriculados aumentou pouco a pouco na EB, exceto na Educação profissional que teve uma leve redução entre os anos de 2022 e 2023, como nos mostra a figura 1. Entretanto, o acesso não é garantia de qualidade, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE (2023) a taxa de analfabetismo entre PcD é grande em comparação a pessoas sem deficiência (Figura 2). Isso nos mostra que acessar não é garantia de efetivação do ensino.

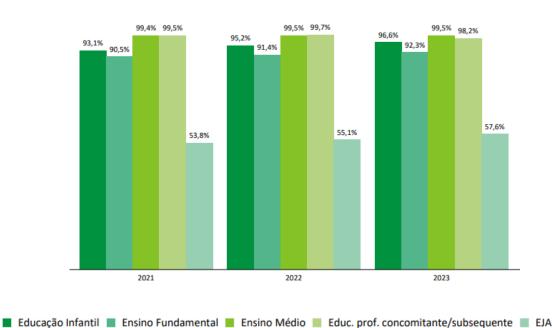




Figura 1 - Percentual de alunos matriculados com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades que estão incluídos em classes comuns, segundo a etapa de ensino — Brasil — 2021-2023

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica (Inep, 2023).

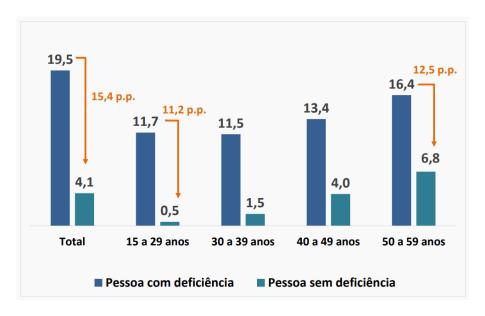


Figura 2 - Taxa de analfabetismo, por grupos de idade, segundo a existência de deficiência - Brasil - 2022.

Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022 (IBGE, 2022).

Uma vez que ao longo do caminho, PcD encontram barreiras que dificultam sua escolarização plena, seja por descrédito das pessoas do ambiente educacional ou por falta de recursos, sejam eles físicos ou materiais. A entrada de PcD no ES vem aumentando, como nos mostra o Censo da Educação Superior (Inep, 2023), onde no período de dez anos (2012-2022) cresce de 26.483 matrículas para 79.262, auxiliado pela política de cotas (Brasil, 2016).

Entretanto, a quantidade de PcD que entram na universidade é muito baixa, em comparação aos que acessam a EB. Quando falamos de ES, também não é somente entrar, é preciso contemplar a tríade: acesso, permanência e conclusão, onde as dificuldades



encontradas na EB podem ser novamente vividas nesta nova fase. Como pudemos verificar, acessar, permanecer e concluir com qualidade tanto a EB como o ES, não são fáceis.

A deficiência visual é aquela que "consiste na perda total ou parcial da visão, congênita ou adquirida [...]. Pode ser classificada como cegueira ou baixa visão" (Inep, 2020). Atualmente 26.175 pessoas com deficiência visual estão matriculadas no ES, sendo 22.104 indivíduos com baixa visão e 4.071 sujeitos cegos (Inep, 2022).

Isso posto, para mostrar as dificuldades encontradas nos diferentes níveis de ensino, este trabalho tem como objetivo apresentar a trajetória de uma pessoa com deficiência visual em seu percurso educacional. Deste modo, realizamos uma entrevista com o participante para que nos relatasse sobre seu caminho educacional.

A partir disso, analisamos os acontecimentos em ordem cronológica, conforme Creswell (2007) e constatamos que o participante sofreu com as barreiras atitudinais e metodológicas (Sassaki, 2019), contudo algumas ações vindas de uma docente fizeram diferença no processo de ensino-aprendizagem do participante.

METODOLOGIA

Este é um trabalho de abordagem qualitativa, na qual utilizamos a pesquisa narrativa como método do estudo, pois segundo Creswell (2007, p. 32) a pesquisa narrativa é "uma forma de investigação na qual o pesquisador [...] pede a uma ou mais pessoas para contar histórias sobre sua vida. Essas informações, então, são recontadas e recriadas pelo pesquisador em uma cronologia narrativa".

Como instrumento de coleta de dados utilizamos a entrevista semiestruturada, na qual as perguntas foram elaboradas previamente em forma de roteiro. Para Lüdke e André (2018, p. 40) este formato não precisa "ser aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações". Deste modo, as 10 questões desenvolvidas foram um norte para as pesquisadoras, mas outras questões surgiram ao longo da conversa e puderam ser feitas ao entrevistado.



O participante desta pesquisa tem deficiência visual, mora na cidade do Rio de Janeiro, possui 23 anos, cursou a EB em colégio privado e é recém graduado em jornalismo em uma universidade particular.

Realizamos o primeiro contato através do *whatsapp*, onde foi explicado o objetivo da pesquisa e a importância da participação dele no trabalho. Essa conduta é relevante, pois mantém "a confiança do entrevistado, assegurando-lhe o caráter confidencial de suas informações", criando assim "um ambiente que estimule e que leve o entrevistado a ficar à vontade e falar espontânea e naturalmente [...]" (Marconi; Lakatos, 2010, p.182).

É importante ressaltar que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), com número de identificação CAAE 26291919.4.0000.5259. A entrevista foi gravada por meio da plataforma *Zoom*, com a autorização do participante, e para sua análise utilizamos a organização cronológica dos dados, pois

é necessário que o pesquisador organize as histórias dentro de uma estrutura capaz de lhes conferir sentido. Essa organização pode ser feita mediante a reunião de um certo número de histórias, a análise de seus elementos-chave e sua reescrita em uma sequência cronológica, garantindo que tenham começo, meio e fim (Gil, 2017, s.p).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Fred (pseudônimo), o entrevistado desta pesquisa, nos relatou no início da conversa que enfrentou questões de saúde na infância, que ocasionaram em sua deficiência.

[...] com um ano e nove meses é... eu fui diagnosticado com um tumor cerebral benigno, só que ele era na área do nervo óptico, né? Então ele estrangulou o nervo óptico do meu olho direito e eu perdi a visão completa do olho direito com um ano e nove meses, enfim. E aí eu fiz, na época, radioterapia e fiquei bem (Fred, 2024).

Até então, Fred não era considerado uma PcD, visto que a visão monocular só passou a ser considerada deficiência no ano de 2021, através da lei nº 14.126 (Brasil, 2021).

Contudo, Fred com aproximadamente 11 anos teve novas questões de saúde o que acarretou a sua deficiência.

Quando foi por volta de 2010, 2011, esse tumor voltou a produzir vários cistos. E aí eu fiz inúmeras cirurgias [...]. E em uma dessas cirurgias, que foi quando o meu médico conseguiu remover a maior parte do tumor eu acabei perdendo um pouco da



visão do olho esquerdo, passei a ficar com baixa visão justamente por conta da, na hora dele fazer, vamos dizer assim, a raspagem do tumor na região ele ter dado uma pequena lesão (Fred, 2024).

Deste modo, Fred passa a fazer parte do grupo de PcD, que atualmente segundo o IBGE (2022) está em 18,6 milhões de pessoas que equivale a 8,9% da população brasileira. Ainda segundo o IBGE (2022) 19,5% das PcD são analfabetas, estatística essa que Fred não integra, uma vez que passou por toda a EB.

A respeito da EB, Fred nos contou que enquanto uma pessoa com visão monocular, não possuía dificuldades em sala de aula, tinha autonomia nos seus afazeres. Entretanto, essa dinâmica muda e ele passa a necessitar de um mediador.

[...] o meu olho esquerdo como era normal ele compensava, então eu ia para escola sozinho, eu conseguia copiar do quadro, essas coisas fazia tudo sozinho [...] até os meus 10, 11 anos eu tive uma vida normal no colégio, enfim, em tudo. E aí após a cirurgia, como eu tive essa perda de visão, né, parcial do olho esquerdo, enfim, eu passei a precisar de mediador na escola, pra ler minhas provas, pra copiar as lições[...] (Fred, 2024).

A primeira vez que um profissional de apoio aparece nos documentos legais é na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI (2008), entretanto, o perfil descrito não é de cunho pedagógico, mas dentro dos cuidados pessoais. Depois desse ano surgiram outros documentos oficiais que também não evidenciaram a formação deste trabalhador e que este não prestaria apoio pedagógico. A brecha na lei permitiu que estagiários de diversas licenciaturas fossem contratados, principalmente os de Pedagogia (Bezerra, 2020).

Fred contou que teve ajuda no percurso escolar, no entanto como toda PcD, não passou intacto às barreiras impostas e pela desconfiança sobre suas necessidades específicas, tendo que provar que realmente precisava de adequações.

[...] professores que, vamos dizer assim, que não compreendiam direito a minha deficiência, de materiais que não eram adaptados. De pessoas assim, colegas de turma que no início não acreditavam muito na minha deficiência, enfim, mas em geral, no balanço geral, eu tive muita ajuda assim, sabe? Eu tive mais ajuda do que problemas [...], mas tive alguns problemas sim! (Fred, 2024).

Sassaki (2019) descreve que existem sete barreiras que podem ser enfrentadas por uma PcD. Pelo relato de Fred, ao menos duas delas ele vivenciou, a barreira metodológica e atitudinal. A barreira metodológica foi sofrida quando os docentes não realizavam a



adequação de materiais necessária para seu aprendizado e a barreira atitudinal foi experimentada quando os companheiros de turma suspeitavam de sua deficiência e também pela postura de abstenção dos professores.

A rede de apoio é poder contar com pessoas ou instituições que dão a assistência necessária a um indivíduo, seja de ordem emocional, profissional ou educacional. Fred contou com esse auxílio na esfera escolar.

[...] tive um grupo de amigos que me ajudaram bastante. Tive uma orientadora da escola também que me ajudou muito e alguns professores (Fred, 2024).

Segundo Pizzinato et. at (2018, p. 146) a rede de apoio "[...] pode ser entendida como conjunto de relações significativas de cada pessoa [...]", sendo importante se atentar que essa pode variar, não sendo a mesma por toda a vida, até porque a existência humana tem suas fases.

Posteriormente a isso, perguntamos sobre sua próxima experiência acadêmica: a trajetória universitária. Inicialmente, Fred nos expôs que a faculdade possuía um setor de acessibilidade para PcD, no qual ele contactou logo em seu ingresso ao curso.

Então, [...] a gente chegou lá na sala do núcleo, aí veio a coordenadora me entrevistar, perguntou qual era a minha dificuldade, qual era a minha deficiência, a gente até comentou como é que era o esquema que tinha de apoio na escola e tal. Aí assim foi aquelas mil maravilhas né. "Ah não, que nós vamos tentar ao máximo te ajudar"[...] E na verdade não foi assim (Fred, 2024).

Como ele citou, apesar de existir um setor de acessibilidade que faria a comunicação entre estudante e professor, isso não aconteceu. Outro processo relatado no seu ingresso foi a socialização com colegas, que posteriormente fizeram parte de sua rede de apoio universitária.

Então a gente começou a conversar e tal e aí a gente começou a falar, vamos dizer assim, das características pessoais e tal, e aí eu comentei que eu tinha essa, essa...minha deficiência e tal e aí eles até começaram a se interessar um pouco mais sobre o assunto devido a conviver comigo, entendeu? (Fred, 2024).

Para Sluzki (1997), as relações significativas de apoio não estão limitadas apenas ao núcleo familiar e/ou suas extensões, mas, também, às diversas conexões interpessoais do sujeito. É importante destacar que esse grupo de amigos de Fred deixou de lado todo e qualquer tipo de preconceito e, principalmente, estigmas que podem atrapalhar essas relações entre os diferentes tipos de grupos sociais.



Fred também destacou a mãe enquanto rede de apoio para a manutenção da permanência na graduação.

[...] a minha mãe ficava na biblioteca da faculdade e como eu não enxergava muito bem, eles [amigos] sempre me ajudavam depois da aula ir para a biblioteca para encontrar com a minha mãe [...] (Fred, 2024).

Por um lado, a relação familiar pode ser um agente facilitador, mas por outro podem ter ações impeditivas para o relacionamento social (Glat, 1996). Além disso, destacamos que o maior objetivo da inclusão é a participação efetiva e autônoma.

Neste caso, o núcleo de apoio poderia ter contribuído para a independência de Fred, ofertando um mediador de apoio, mesmo que inicialmente, por exemplo. Segundo ele, o núcleo não ofereceu esse tipo de suporte, diferentemente do que estava acostumado na educação básica. A mediação pode ser muito importante, mesmo que na universidade, para o processo de aprendizagem, pois ele auxilia na mediação entre habilidades e conhecimentos, buscando a autonomia do estudante e a aprendizagem significativa (Harder; Gracheki; Pieczarka, 2020).

Durante a sua rotina na faculdade, Fred enfrentou também algumas barreiras que vivenciou durante este processo.

Toda a primeira aula com o professor novo, eu tinha que ir lá me apresentar para dizer minhas condições, porque os professores não sabiam de nada (Fred, 2024).

Assim como na EB, a barreira atitudinal também se mostrou presente no ES. Para Sassaki (2019) a acessibilidade atitudinal é considerada a "mãe" das outras seis, e na falta dela a comunicação entre os setores de acessibilidade, professores e estudantes fica deficitária, podendo prejudicar no pleno desenvolvimento acadêmico da PcD.

No entanto, Fred nos relatou que alguns docentes realizavam adaptações nos conteúdos e materiais utilizados em aula. Entretanto, muitas vezes a adaptação ainda dependia do próprio estudante:

Eu levava o meu celular e usava a câmera do celular para tirar foto, para ampliar os conteúdos que os professores estavam dando (Fred 2024).

Para além da acessibilidade atitudinal, os docentes de Fred que não fizeram as adequações e adaptações necessárias de acordo com sua individualidade, poderiam ter



pensado em estratégias em conjunto com ele. Segundo Batista, Vivas e Nunes (2022), esses estudantes podem precisar de estratégias e métodos apropriados de acordo com sua individualidade e reforçamos que os docentes precisam levar em consideração a opinião e participação constante da própria PcD.

Ao final da graduação há o trabalho de conclusão de curso (TCC), no qual é critério para a obtenção do diploma. Para a escrita do trabalho, normalmente acadêmico, é necessário ter um orientador que te auxilie nesta tarefa. No caso de Fred, barreiras não foram enfrentadas, já que sua orientadora foi fundamental para a conclusão deste processo.

[...]foi uma pessoa que, assim, se esforçou extremamente. Todo final de aula, ela pedia um feedback do que ela podia melhorar, o que estava bom para... pra, né, me ajudar nas aulas (Fred, 2024).

A atitude da docente reforça que o processo de inclusão não é unilateral, no qual as trocas permitem que as aprendizagens sejam mútuas. Mostrando que o melhor caminho em momentos de dúvidas é perguntar, essa atitude fez a diferença, uma vez que ninguém melhor do que a própria PcD para saber o que é melhor para si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As adversidades encontradas pelas PcD dentro do âmbito educacional ainda são grandes, desde a negativa da matrícula - falta de acesso - a carência de suporte que dificulta a permanência, levando a não conclusão dos estudos por esses sujeitos. O participante desta pesquisa não teve dificuldades de entrar na Educação Básica e nem no Ensino Superior, contudo relatou entraves no seu processo.

Verificamos a partir do relato do participante, que em ambos os níveis de ensino as barreiras atitudinais e metodológicas estiveram presentes em sua trajetória acadêmica. Porém, destacamos que as adaptações e adequações realizadas por sua rede de apoio e pelo próprio estudante puderam amenizar algumas dessas barreiras no âmbito educacional, reafirmando que a inclusão é um processo bilateral (indivíduo e sociedade).



Desta forma, concluímos que a rede de apoio foi fundamental para que outras barreiras não surgissem, esse suporte auxilia nesse processo, porém é necessário que este não impacte o processo de autonomia do indivíduo.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Renata Cristina Gomes; VIVAS, Eliane Silva; NUNES, Thiago Soares. Inclusão no ensino superior: ações do Núcleo de Acessibilidade e Apoio Psicopedagógico de uma instituição de ensino. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 13, n. 1, p. 170–195, 18 abr. 2022. Disponível em: https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/1251/573. Acesso em: 22 de mai. 2024.

BEZERRA, Giovani Ferreira. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a problemática do profissional de apoio à inclusão escolar como um de seus efeitos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 26, n. 4, p. 673-688, 2020. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0184. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/a/B8T8rMXW8BzMJnNq5JBsXqK/. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. Lei no 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm - Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que **dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113409.htm - Acesso em 10 mai. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Glossário da educação especial**: Censo Escolar 2020 [recurso eletrônico] . Brasília, DF: Inep, 2020. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao basica/censo escolar/caderno de instrucoes/Glossari o_da_Educacao_Especial_Censo_Escolar_2020.pdf - Acesso em: 23 mar. 23.

BRASIL. Lei n° 14. 126, de 22 de março de 2021. **Classifica a visão monocular como deficiência visual**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14126.htm - Acesso em 10 mai, 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2023**: resumo técnico-versão preliminar. Brasília, DF:



Inep, 2023. Disponível

em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em: 21 mai. 24.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2022**: divulgação dos resultados. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao superior/censo superior/documentos/2022/apresentac ao censo da educacao superior 2022.pdf. Acesso em: 13 jan. 23.

CRESWEEL, John W. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução: Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Ebook.

GLAT, Rosana. O papel da família na integração do portador de deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 4, s.n, p. 111-118, jan. 1996. Disponível em: https://abpee.net/pdf/artigos/art-4-9.pdf - Acesso em: 10 mai. 2024.

HARDER, B.; GRACHEKU, B. R.; PIECZARKA, T. A mediação de Vygostsky exercida pelo professor de apoio de estudantes autistas. **Revista Cógnito**, Curitiba, v.2, n.2, p. 263-279, 2020. Disponível em: https://revista.fidelis.edu.br/index.php/cognito/article/view/36. Acesso em 21 de mai. 2024.

IBGE. Diretoria de pesquisas. Coordenação de pesquisas por amostra de domicílios. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**. 2022. Disponível em:https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/0a9afaed04d79830f 73a16136dba23b9.pdf. Acesso em: 21 mai. 2024.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. [2. ed]. -[Reimpr.].-Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed, São Paulo: Atlas, 2010.

PIZZINATO, Adolfo et al. Análise da rede de apoio e do apoio social na percepção de usuários e profissionais da proteção social básica. **Estudos de Psicologia**, v. 23, n. 2, p. 145–156, jun. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epsic/v23n2/a06v23n2.pdf - Acesso em: 5 mai.2024

SASSAKI, Romeu Kazumi. **As Sete Dimensões da Acessibilidade**. 1. ed. Araraquara: Larvatus Prodeo Editora, 2019.



SERRA, Dayse. Educação inclusiva em tempos de judicialização do estado: o cotidiano das escolas com a lei brasileira de inclusão - nº 13.146/2015. **Polêm!Ca**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 27-35, 2017. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/28294. Acesso em: 18 mai. 2024. SLUZKI, C. E. A Rede Social na Prática Sistêmica: Alternativas Terapêuticas. Tradução: Claudia Berliner. São Paulo: Casa Do Psicólogo, 1997.